

DILEMAS NA TERRITORIALIDADE CAIÇARA: TURISMO, CIDADANIA E CONSUMO

Maria del Carmen M. Huertas Calvente¹

RESUMO

Na contemporaneidade, as rápidas transformações do capitalismo volátil destroem as referências territoriais das populações nativas e constrói multiterritorialidades fragmentadas que podem trazer a exclusão territorial. Com a desterritorialização, os grupos ficam impossibilitados de construir e exercer controle efetivo sobre seus territórios (tanto nas formas de dominação político-econômica quanto de apropriação simbólica-cultural). O texto compara, no aspecto da territorialidade, uma população caiçara após 20 anos de uma primeira pesquisa científica que observou o primórdio da turistificação do lugar. Constatou-se que, nas mais recentes vendas das posses de terras (pelo processo de turistificação) que ocorreram no recorte espacial analisado (Ilhabela, São Paulo, Brasil), o mecanismo sutil do desejo de consumo, consumo mostrado como necessário pelos meios de comunicação, substitui o que antes ocorria via violência explícita. Entender como este processo funciona hoje ajuda a entender mecanismos do processo de desterritorialização e, principalmente, a importância de políticas públicas e outros projetos que apoiem ações coletivas de populações tradicionais.

Palavras-chave: Identidade Territorial. Desterritorialização. Impactos. Turistificação.

DILEMMAS IN TERRITORIALITY CAIÇARA: TOURISM, CITIZENSHIP AND CONSUMPTION

ABSTRACT

At the contemporaneity, the rapid transformations of capitalism volatile destructs the territorial references of native populations and builds fragmented multiterritorialities that can bring the territorial exclusion. With the desterritorialization process, groups are unable of build and practice an effective control of their territories (in both forms, political and economic domination and in the symbolical and cultural appropriation). This study compares, on the territoriality aspect, the native (caiçara) population, 20 years after the first scientific research that observed the starting of the touristification of the place. It was noted that, in the most recent sales of land holdings (touristification process) that occurred in the spatial clipping analyzed (Ilhabela, São Paulo, Brazil) the subtle mechanism of desire of consumption, consumption shown as required by the media, replaces what once occurred via explicit violence. Understanding how this process works today helps to understand mechanisms of the process of desterritorialization and, especially, the importance of public police and projects to support collective actions of traditional population.

Key words: Territorial Identity. Deterritorialization. Impacts. Tourism.

DILEMAS EN TERRITORIALIDAD CAIÇARA:

¹ Universidade Estadual de Londrina. E-mail: calvente@uel.br

TURISMO, CONSUMO Y CIUDADANÍA

RESUMEN

En la época contemporánea, las rápidas transformaciones del capitalismo volátil destruyen las referencias territoriales de las poblaciones nativas y construye multiterritorialidades fragmentadas que pueden traer la exclusión territorial. Con el proceso, los grupos no están en condiciones de construir y ejercer un control efectivo sobre su territorio (tanto en las formas de dominación política y económica como de una apropiación simbólica-cultural). El texto compara, el aspecto de la territorialidad, una población *caiçara*, después de 20 años de una primera investigación científica que ha observado el principio de la turistificación del lugar. Se encontró que, en las ventas de la posesión de tierra que ocurrieron en el área espacial analizada (Ilhabela, Sao Paulo, Brasil), el mecanismo sutil de deseo de consumo, consumo que se muestra como requerido por los medios de comunicación, sustituye lo que alguna vez ocurrió vía la violencia explícita. La seducción para entrar en el mercado de consumo ganó la batalla por la resistencia para mantener territorio. Entender cómo funciona este proceso hoy ayuda a entender los mecanismos del proceso de desterritorialización y, sobre todo, la importancia de las políticas públicas y otros proyectos para apoyar acciones colectivas de los pueblos tradicionales.

Palabras Clave: Identidad Territorial. Desterritorialización. Impactos. Turismo.

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas [...] uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário. (SANTOS, 1987, p. 12-13)

Introdução

Contemporaneamente, as análises erigidas a partir de um viés que considera o sentido mais ortodoxo de território, isto é, aquele constituído pelo Estado-nação, principalmente entre os séculos XIX e XX, gradativamente saem do principal ou único eixo de inquietações teóricas dos geógrafos, que passam a ocupar-se de outras escalas da territorialidade. Proliferam, desta maneira, estudos que se propõem a compreender os territórios desde a escala supranacional (como, por exemplo, a dos blocos econômicos), até a escala dos territórios de prostituição ou dos moradores de rua.

No recorte territorial deste estudo de caso, o foco é o de territórios de populações caiçaras. Constatou-se, na década de 1990, que várias famílias caiçaras viviam ainda no Curral, praia do município de Ilhabela/SP, situada ao sul da ilha de São Sebastião, Estado de São Paulo, Brasil. Encontrou-se, na ocasião, uma casa de farinha, e famílias que sobreviviam ainda da pesca artesanal. Na pesquisa feita então, e também com o trabalho cotidiano como professora de Geografia na escola da Praia

Grande, em que os alunos do Curral faziam seus estudos até no nível médio, pôde-se observar, também àquela época, a permanência de festas, danças e formas de expressão verbal típicas da cultura caiçara, conforme a dissertação de mestrado concluída no início da década de 1990 (AUTOR, 1993).

O presente artigo é resultado de uma pesquisa cujo objetivo consistiu em analisar as relações subjacentes ao processo de perda de território e suas implicações para a identidade territorial de uma comunidade caiçara brasileira, após 20 anos de um primeiro estudo. Assim, a pesquisa em pauta, com um novo trabalho empírico em 2011, fez um resgate de uma dissertação de mestrado apresentada em 1993 no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Após duas décadas, voltou-se a um dos três locais estudados (praia/bairro do Curral, no município arquipélago de Ilhabela/SP) para avaliação crítica do processo de implantação do turismo no lugar. As mudanças ocorridas no bairro servem de alerta para os impactos negativos que o turismo vem trazendo para a conservação da sociodiversidade e biodiversidade.

O trabalho de campo começou em junho de 2011. Durante o mês de junho e início de julho entrevistas com moradores do bairro do Curral foram realizadas em 44 das 62 residências, constando de dois roteiros – o primeiro, chamado de filtro, com perguntas básicas e identificando as famílias caiçaras. No caso das famílias caiçaras, era aplicado um novo roteiro para entrevistas gravadas. O resultado desta primeira fase foram 44 questionários-filtros e 32 entrevistas gravadas. Ocorreu então uma tabulação preliminar dos dados, resultando em um novo roteiro de entrevistas (segunda fase), com mais 15 entrevistas realizadas, dando um total de 91 entrevistas, na sua maior parte, gravadas e transcritas para a análise, no objetivo de um aprofundado estudo.

Partiu-se da hipótese de que os conflitos de interesses valorativos que se materializam sobre o território ocorreram e estão ocorrendo exacerbadamente em áreas litorâneas, considerando sua alta potencialidade turístico-mercadoológica em um contexto global. No trabalho empírico, foram feitas 106 entrevistas e analisadas dezenas de escrituras de cessão de direitos hereditários e possessórios. Os depoimentos analisados eram claros ao explicitar o conflito, como por exemplo: “O Curral mudou muito, o Curral era praia de caiçara, hoje não é, hoje é a praia dos ricos [...] tudo devido ao hotel” (Guanxuma², mulher caiçara, 65 anos). Parcela desses depoimentos serão analisados no decorrer deste artigo.

O resultado deste trabalho ajuda a entender mecanismos dos processos de desterritorialização e inserção no mundo no consumo, além da importância de políticas públicas que apoiem projetos coletivos de populações tradicionais, inclusive de turismo comunitário ou de base local.

1 A Territorialidade Caiçara

O território aparecera como um conceito-chave já durante a realização da dissertação, uma vez que existe uma estreita relação entre a manutenção deste e da cultura. Para Milton Santos (1987, p. 61):

² Foi combinado que os entrevistados não seriam identificados, para que pudessem ficar mais à vontade nas suas respostas. Os nomes dados aqui são fictícios, retirados das praias do município.

Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. [...] O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico.

O pressuposto que orientou a pesquisa é que teria ocorrido, neste intervalo de tempo, no Cural, uma perda destas riquezas patrimoniais, o que já podia ser observado, visualmente, nas imagens de satélite. Os indícios observados em uma visita preliminar no ano de 2010 foram o *resort* construído na praia e a desativação da escola da Praia Grande, originalmente localizada em uma área de grande valorização imobiliária, bem em frente ao mar. Esta escola foi transferida para uma área no alto do morro, segundo conversas informais com os moradores locais.

A análise comparativa do croquis produzido em 1993 com uma imagem aérea mais recente (figura 1) mostrou ainda outros fatores como, por exemplo, o desmatamento; o recorte das posses; e a diminuição da área externa dos terrenos, com jardins e árvores frutíferas, próxima à casa de habitação, que foram analisados na pesquisa recente.

Rodrigues (2009) considera a possibilidade de existência de territórios zonais de resistência/inação que, apesar de articulados à rede regional, nacional e até mesmo global não estão hierarquicamente subordinados tanto economicamente quanto culturalmente. E aparecem prioritariamente como território de abrigo e recurso, com predomínio das relações de poder local e princípios de autonomia, cada vez mais restritas. Portanto, pode um território caiçara ser um território de resistência.

Para Haesbaert (2010), a atual polissemia ou significado múltiplo do conceito de território no âmbito geográfico pode ser reunido em três vertentes básicas: 1) vertente política (o território como espaço delimitado e controlado, mediante qual se exerce determinado poder); 2) vertente cultural (o território como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido); e 3) vertente econômica (o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre capital-trabalho).

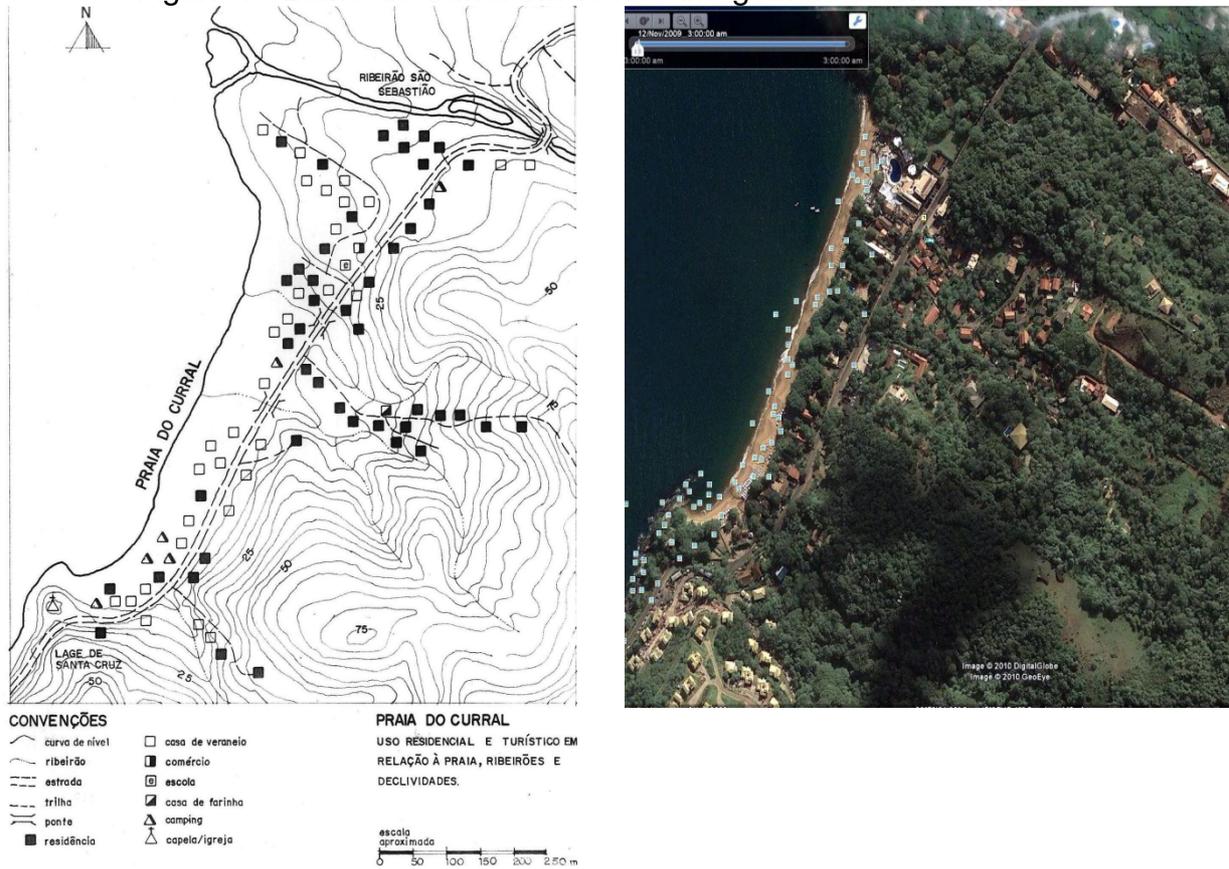
No trabalho de campo realizado em 2011, os entrevistados indicaram compreender o território na vertente cultural e econômica, como apropriação simbólica, dizendo, por exemplo:

Olha a maioria [...] era pescaria, aquela pesca artesanal e o cultivo de feijão, mandioca para consumo próprio, de farinha. A minha família era de pescador, era a pesca... E hoje a maior parte dos caiçaras trabalha mais com o turismo mesmo, porque roça não existe mais, o caiçara já partiu para outra atividade, também nem existe mais área para o plantio, porque a maioria vendeu tudo, não é? Eu tenho um quiosque aqui [...] sou comerciante, também tenho um terreno ali [...]. A relação com a praia, com certeza, mudou bastante. Mudou porque, veja bem, a praia ficou praticamente usada para exploração de quiosques, então são montadas as cadeiras, as mesas, porque antigamente era totalmente do caiçara apesar de que nós caiçaras perdemos um pouco o espaço, é óbvio, é mais na temporada, mas existia mais liberdade, era mais limpa.

Dilemas na territorialidade caiçara...

E a relação com a mata mudou porque existe muita depredação, tento em termos de casa, apesar de que a cota 200 tem que ser respeitada, mas você olhava antigamente e não tinha casa lá para cima e agora você olha e não tem mais mato, mata, é só casas [figura 2], só construções, não é? Do dia para a noite é uma construção que aparece (Figueira, mulher caiçara, 67 anos).

Figura 1 - Bairro do Curral em 1990 e imagem de satélite em 2009

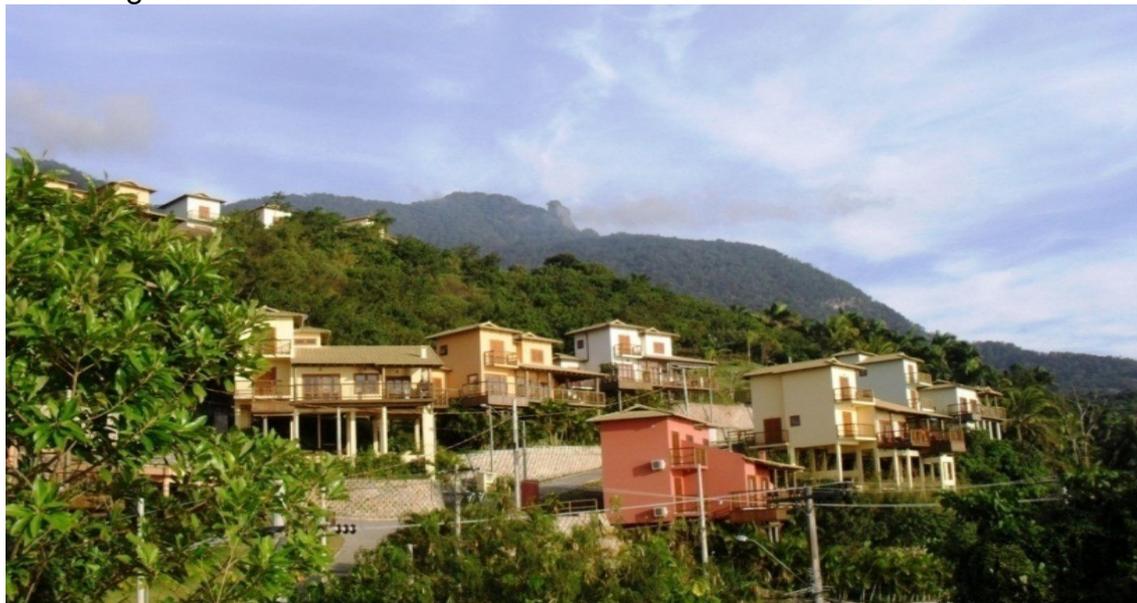


Fontes: AUTOR, 1993 e Google Earth, 2011.

Era pescaria e agora tenho o comércio. A relação com a praia mudou bastante, mudou em tudo, porque agora não pode largar uma rede mais que enche de âncora³, encheram de âncora tudinho aí e antigamente se jogava a rede até o fim, trazia, não tinha problema nenhum, e agora tem esse problema. A mata não mudou tanto porque a florestal não deixou, senão tinha mudado, mas assim mesmo mudou, você vê ali na Odebrecht, eles acabaram com o morro para fazer aqueles apartamentos que tem ali, aquele condomínio (Barreiros, homem caiçara, 33 anos).

³ Linguagem coloquial, na qual o entrevistado quis dizer que o fundo do mar está cheio de âncora de barcos, e que quando ele puxa a rede ela prende nessas âncoras.

Figura 2 - O localmente chamado “condomínio da Odebrecht”



Autoria: Zé Huertas, 2011.

Era pesca, hoje [...] trabalha como vigia [...], e nós temos uma casa que a gente aluga e eu, antes, como dona de casa e doméstica. A mata mudou, há 20 anos atrás, olhando para cima, era só mata, e hoje você só vê casas, a Odebrecht, por exemplo, tomou quase um quarteirão de montanha ali do Veloso. A praia... a gente tinha acesso sim, os barcos podiam chegar, canoas, as crianças podiam jogar futebol e hoje está tudo reprimido por causa dos hotéis, dos bares, então eu creio que mudou. Lá em cima era só mata mesmo, de onde eu trabalho você vê o lado dela todinho, era só árvore, e hoje você olha, eu comparo aquilo, sabe, como favela dos ricos, porque é idêntico, não desmerecendo os pobres, entendeu? Mas se eles preservam tanto, aquilo não é preservar, não é? [...] as crianças podiam jogar bola, como te falei, e hoje já não pode mais porque eles reprimem, os caiçaras podiam jogar suas redes na beirada para pegar peixes, fazer o arrastão, e hoje já não podem mais (Guanxuma, mulher caiçara, 65 anos).

Como pode ser observado nas respostas, em uma primeira análise, o sentimento que domina é o de perda do território, principalmente do ponto de vista simbólico, no sentido dado por Milton Santos (1987), ao explicar a relação intrínseca entre cultura e territorialidade. Esta sensação de perda parece ser vista como uma fatalidade (permitindo apenas o conformismo e não possibilitando a resistência), sem esperança no jogo entre os micro e macro poderes ou na vertente política.

Para compreender a abordagem integradora do território, defendida por Haesbaert, deve-se considerar, além das vertentes política, cultural e econômica, também uma dicotomia material/ideal – apontada em textos de diversos autores que tratam do conceito geográfico de território. Na integração, faz-se necessário entender, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material e o conjunto de representações sobre o espaço. Informa Haesbaert (2010) que, dentro do binômio materialismo-idealismo, a vertente predominante, na Geografia, é a que enxerga o território na perspectiva materialista. Contudo, o território carrega sempre uma dimensão simbólica e uma dimensão material. E possui facetas políticas, culturais e econômicas.

O que diferencia este conceito integrador de território da compreensão do espaço como categoria central de análise da ciência geográfica? Na abordagem sugerida por Silva (2002, p. 63), o território apresenta-se concretamente como um recorte do espaço geográfico, e sua importância:

[...] está naquilo que significa, concretamente, para essa comunidade ou para esse Estado sobre o ponto de vista físico e material, além do que comporta como aspirações individuais e sociais de todos os que integram e participam da organização espacial. Subjacente à noção de território está a de territorialidade como o “controle” exercido pelo homem sobre o “seu” território [...].

Santos (1988) apresenta o espaço como categoria central da ciência geográfica e como uma totalidade, resultado de um processo ocasionado pelas interações globais do homem em sociedade. Observa também que os objetos espaciais são cada vez mais volumosos e mais fixos (exatamente porque são mais volumosos), e há então uma interdependência tanto vertical quanto horizontal entre o lugar (e, se pode acrescentar, o território) e o mundo. A interdependência vertical ocorre nas relações que se estabelecem do local com o global, que transcendem a esfera do lugar, mas também as relações socioeconômicas entre os habitantes e destes com o seu meio (a escala horizontal) são cada vez mais interdependentes com relação ao mundo.

Até hoje se encontra, na compreensão do território, o entremear-se das noções de **pertencimento** e **poder**, manifesto na ambiguidade do sentimento de pertença a determinado lugar e no desdobramento lógico de que os cuidados que esta relação inspira dariam direito a uma espécie de posse exclusiva/excludente sobre este.

Haesbaert (2010) explica que, etimologicamente, a palavra território deriva do vocábulo latino “terra”, utilizada dentro do sistema jurídico romano como o pedaço de terra apropriado. Em contrapartida, havia o direito de “aterrorizar”, isto é, retirar do território quem o invadissem. Há semelhanças entre os termos “terra-territorium” e “terreo-territor” (aterrorizar). Há duas décadas os caiçaras relataram que um hotel em construção tinha contratado homens armados que circulavam pelo bairro/praias (no caso, outra praia de Ilhabela, a Praia da Armação) e causavam medo. Nos relatos atuais, a exclusão é um pouco mais sutil, mas não menos poderosa.

Para Santos (1994), o uso é o definidor do território. Numa distinção pertinente para este trabalho, afirma que para os atores hegemônicos o território é um **recurso**, e para os atores hegemonzados é um **abrigo**. Interessante esta primeira visão do território para os não dominantes: o território como abrigo e não como recurso. Para os empresários do setor do turismo, é óbvio que o território turístico é um recurso, ou, como se afirma constantemente, a paisagem, componente visível do espaço, torna-se uma mercadoria. Como conta um entrevistado:

Eu era pescador e hoje sou segurança. Mudou muito, no caso da praia mudou porque a gente perdeu aquela liberdade que a gente tinha antes, como tem hotel aí embaixo, depois que construíram então você não tem aquela liberdade de antes, antigamente você andava por tudo quanto é canto, conhecia todo mundo, entrava em vários cantos. Hoje não, se você for à ponta da praia o próprio pessoal do hotel [figura 3] já vem em cima barrando, achando a gente como estranho, sendo que a gente é natural da ilha, entendeu? A mata mudou, antes era assim, tinha muito sapê, cultivava muita plantação de feijão, milho e

mandioca e hoje já não pode mais porque praticamente todo o terreno foi vendido (Bonete, homem caiçara, 36 anos).

Figura 3 - Parte da praia ocupada pelo *resort*



Autoria: Zé Huertas, 2011.

2 A População Tradicional

Confrontando a discussão teórica com o roteiro formulado para as entrevistas emanam as primeiras questões. Comparando as informações e as tabelas construídas nos dois trabalhos de campo com os dados do IBGE (2011) observou-se no bairro o envelhecimento e um pequeno aumento da população – de 157 pessoas em 1990 para 195 em 2001, um percentual de 24,2%, o que acompanha relativamente a média nacional, porque no mesmo período a população brasileira aumentou de 146.825.475 habitantes, no censo de 1991, para 190.732.694 pessoas, em um percentual um pouco maior (29,9%). A população total do município de Ilhabela cresceu muito mais (de 13.538 habitantes em 1991 para 28.196 no censo de 2010, um percentual de 108%), mas predominantemente em outros bairros e não no recorte territorial escolhido.

A análise comparativa também mostrou a mudança nas atividades tradicionais. Em 1990 duas pessoas tinham como atividade principal a agricultura, atualmente ninguém mais cultiva a não ser pequenas hortas para o seu próprio consumo. Em 1990 eram 10 os pescadores autônomos, hoje são cinco. A atividade mais comum em 1990 era de caseiro (13 menções), e hoje são apenas três pessoas com essa profissão. A ampliação do *resort* foi feita através da compra de terrenos com residências, tanto de caiçaras quanto de turistas e isso explica porque em 1990 existiam 30 casas de veraneio, e agora são apenas 22. Não há mais *campings* na praia, os antigos *campings* se transformaram em restaurantes (chamados localmente de quiosques), o que justifica um alto número de postos de trabalho declarados atualmente como de garçons, comerciantes e cozinheiros. Uma estimativa indicou que aproximadamente 20 moradores do Curral trabalham no *resort*, em diversas atividades relacionadas à hotelaria.

Para quais profissões migraram os antigos agricultores e pescadores? À procura desta informação descobriu-se que a grande maioria dos antigos pescadores e todos os agricultores de duas décadas atrás hoje estão aposentados, não tendo sido substituídos pelos mais jovens. Em resumo, as atividades

Estudos Geográficos, Rio Claro, 15(1): 26-43, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

tradicionais estão desaparecendo com a mudança de gerações. Segundo os entrevistados:

Era mais na horta, essas coisas, farinha, não é? Eu tenho 20 anos, é que eu não lembro muito bem. Hoje meu pai é pedreiro, eu trabalho como vigia, é isso mesmo, em pousada [...]. A praia está mais movimentada, a sujeira também aumentou bastante, essas coisas sempre... Com a mata, antigamente era fogão a lenha, a gente ia para a mata pegar lenha, não é? Hoje em dia já não tem mais, não se usa mais isso (Castelhanos, homem caiçara, 20 anos).

Sempre na pesca e na agricultura. [Hoje somos] Dois aposentados. Mudou demais, foi uma destruição total, de repente veio muita gente, do mundo inteiro, e fizeram o estrago. Natureza, bastante desmatamento, invasões, destruição da beira dos rios... Esgotos nas cachoeiras. Não tem mais plantação de milho e feijão (Indaiaúba, mulher caiçara).

Há pouco mais de 20 anos, mamãe veio para cá em 1974, mas ainda não tinha isto daqui, nós éramos crianças, aí mamãe veio fazer cachaça porque tínhamos um engenho [...] naquele pedaço ali fazia parte do engenho, onde era o terreno, que ele era um pouquinho mais para lá, mas foi destruído, foi derrubado [...] a família fazia e vendia pinga, hoje mamãe é aposentada, na realidade nós morávamos em [...], aqui a gente tinha quase como um intercâmbio, é lá e cá, uma casa na cidade e às vezes vinha para cá, mas [...]. A relação com a praia mudou muito, a praia era só nossa, dos caiçaras, era rede de pesca na praia e a gente cortava mato lá em cima, mas hoje a gente não pode cortar nem vassoura, nem vassoura pode cortar... Tinha plantação aqui, mamãe plantava, era sobrevivência, era cana para fazer não só o melado, mas a cachaça, mandioca, milho, feijão e café. Plantava para comer. E banana. Hoje em dia quase não... A gente vai ao supermercado e compra, ou traz lá do sítio (Barreiros, homem caiçara, 33 anos).

Há 62 famílias morando no bairro, e no ano de 1990 havia 42, com uma média de 3,7 moradores por unidade. O tamanho das famílias diminuiu levemente, hoje havendo uma média de 3,2 pessoas por moradia. Esta é uma tendência observada na população brasileira.

Das 46 unidades familiares caiçaras existentes (20 são de migrantes), 32 responderam a entrevista qualitativa, 12 recusaram e em duas não foi possível entrevistar alguém da casa, após mais de três visitas, por estarem ocupados ou ausentes.

Uma análise quantitativa e qualitativa das respostas dadas às questões mostra que, para a maioria dos entrevistados, a relação destes com a praia e a mata mudou para pior. A expressão “falta a liberdade que tínhamos antes” foi usada por vários entrevistados para definir o sentimento negativo que têm com relação à utilização atual da praia.

Com relação à mata atlântica, há uma consciência bastante difundida do problema do desmatamento que foi feito para a construção de pousadas e novas casas, seja de moradores ou segundas residências. Dois entrevistados indicaram o que foi confirmado depois, na análise das escrituras: a maior parte dos caiçaras que hoje ainda lá estão venderam a posse que tinham com extensas áreas de terras nas encostas (figura 4).

Figura 4 – O desmatamento na encosta para a construção de novas residências



Autoria: Zé Huertas, 2011.

É importante destacar que, diferentemente de 1991, o sentimento negativo com relação às restrições do parque (na cota acima de 200 metros de altitude, pois a encosta até esta cota, que não fazia parte da unidade de conservação, foi vendida, como se viu anteriormente) aparece apenas para três entrevistados; que afirmam, por exemplo:

Antigamente era pesca e hoje construção. Mudou muito, a praia não era poluída e hoje tem muita poluição. A mata tem muita construção, desmatamento. Antes a gente podia plantar e comer e hoje é proibido. Pescar [também], não temos mais onde colocar nossos barcos (Itaguaçu, homem caiçara, 70 anos).

Pode-se interpretar, no discurso, uma verbalização de um sentimento de perda simbólica (perda do lugar habitado e alterações dos costumes e do modo de vida) e material, pela supressão das atividades tradicionais desenvolvidas pelos moradores do Curral. Assim, a dedicação atual dos caiçaras ao ramo da construção civil, em contraposição à pesca artesanal, atividade extrativista definidora, em grande medida, da identidade caiçara, indica um processo que, em seu desenvolvimento pretérito e hodierno, atua no sentido do entrave material (“Pescar, não temos mais onde colocar nossos barcos”) à produção e reprodução socioespaciais do grupo. Além disso, também é observável a indicação de uma ruptura, na transição entre o *antigamente* e o *hoje*, do equilíbrio entre sociedade e meio, caracterizando-se o período atual pelo aumento da poluição, do desmatamento e, principalmente, a perda da autonomia.

Mas para dois entrevistados, as restrições são vistas como um aspecto positivo, já que pensam na área inserida na unidade de conservação (pois as construções estão fora dessa área): “A relação com a mata mudou para melhor, porque foi proibido o desmatamento, aumentou a mata nativa” (Itaquanduba, homem caiçara, 34 anos). Ficou claro que a relação da população caiçara com a administração da unidade de conservação melhorou bastante nos últimos 20 anos, porque os próprios

agentes das unidades de conservação passaram a ter outra visão da problemática das populações locais. Nas entrevistas da segunda fase, uma pessoa ligada ao Parque Estadual de Ilhabela (Jabaquara, mulher migrante, 54 anos) informou o seguinte: “Foi publicado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC, no ano 2000. [...] já existe o instrumento legal para possibilitar o aumento da tolerância, vamos dizer assim, do Estado”.

Cumpra observar que o Estado, enquanto principal agente da (re)organização espacial exerce, neste caso, esta primazia territorial através de uma normativa essencialmente paradoxal. Em suma, o poder público se propõe a dar condições de reprodução física e cultural a populações tradicionais que serão, impreterivelmente, destituídas das condições de reprodução física e culturais que as caracterizam como populações tradicionais, pois o:

[...] planejamento [...] ganha como referência maior não propriamente a economia (o que já seria abusivo), mas as chamadas necessidades econômicas, o que [...] consiste em abandonar toda preocupação teleológica e em valorizar um pragmatismo que atribui ao comando, sem base filosófica, da vida social aos instrumentos e à sua utilização racional, em nome do lucro. (SANTOS, 1987, p. 4)

Ignora-se o papel do espaço geográfico, do território, do lugar, na constituição das identidades coletivas. As populações tradicionais são tratadas como um todo transplantável, independente e desenraizado do meio.

A grande maioria das casas é própria, em terras da família. As casas alugadas são em número de 11. Lembrando que são apenas 16 as famílias não caiçaras, pode-se concluir que, de maneira geral, os caiçaras moram na sua própria residência, e uma parte deles tem mais de um imóvel, alugando este imóvel para os moradores migrantes que vieram trabalhar nos serviços ligados ao turismo. Em média, os entrevistados moram na casa há 23 anos e nove deles moram na mesma casa desde o nascimento, quatro deles há mais de 70 anos. Como conclusão, pode-se afirmar que é uma população estável (materialmente) em relação ao território (pelo menos por ora).

Algumas residências caiçaras mantêm-se praticamente como há 20 anos (figura 5), mas a maioria delas sofreu reformas (ou são novas) e nas casas se vêem automóveis ou motocicletas, como uma antiga casa de farinha, que perdeu quase que a totalidade do amplo “quintal caiçara” que possuía e as características tradicionais da construção.

A venda das terras que ocorreu neste período permitiu estas reformas e a compra de bens tão caros à nossa sociedade de consumo, mas os terrenos passaram a ser pequenos, apenas a área necessária para a residência. Isto indica a perda das possibilidades (materiais ou ideais) de manter as atividades tradicionais de agricultura e pesca e de atuar no turismo com base local. Como alertou Santos (2000, p. 49):

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema de ideologia [...] convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.

Figura 5 - Uma residência, como fotografada no trabalho de 1990 e a mesma casa, 20 anos depois



Fonte: Autor, 1993 (foto de 1991) e Autoria: Edi Santos, 2011.

No lapso do tempo decorrido entre 1991 e a elaboração deste trabalho de campo (2011), o aumento do consumo ocorreu para a população brasileira como um todo. Tal crescimento intensificou-se, sobretudo, entre os anos de 2002 e 2011, período em que houve um vertiginoso aporte (158%) nos gastos dos consumidores brasileiros (VILALVA, 2011). Claramente a melhora na qualidade de vida dos brasileiros não acompanhou o crescimento do consumo na mesma proporção, isto porque ser proprietário de algo não implica, necessariamente, em benefícios. Afinal, ao se tratar de questões subjetivas – como a satisfação –, abarcando de maneira crítica a lógica do consumismo, chegar-se-á, mais provavelmente, a uma relação inversa. Poder-se-ia entender, ao contrário, que o lugar, em toda a sua complexidade de relações, não pertence a alguém, e sim que as pessoas que o habitam são do lugar, em um sentimento generoso de pertencimento.

No que concerne ao lugar, o sentimento de posse acaba por gerar a necessidade constante de vigília, da mesma maneira que o consumo fomenta a necessidade de mais consumo. Desta maneira, irrompe um paradoxo em que, ao mesmo tempo, o lugar é uma dádiva e também um fardo. Estabelece-se uma lógica em que aquela porção de espaço não traz o sentimento de pertença, mas de exclusão, fazendo surgir a faceta amedrontadora (*terreo-territor*) da relação. Para Haesbaert (2009, p. 43):

[...] é interessante salientar esta analogia, pois muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou, direta ou indiretamente, estes dois sentidos: um, predominante, dizendo respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o “território” inspira (por exemplo, de medo para quem dele é excluído [...]).

3 Territorialidades no Curral

O conceito de território é polissêmico e, em consequência, o mesmo ocorre com o de territorialidade. Para Haesbaert (2010) é possível agrupar, para fins de análise, essa polissemia em três vertentes: política, cultural e econômica; entretanto, na realidade ou na dinâmica territorial, frequentemente várias das suas dimensões estão entrelaçadas. As formas mais familiares da territorialidade humana começam pela propriedade da terra, mas há outras. Os povos tradicionais usavam a territorialidade (apropriação e/ou domínio do território) para delimitar a terra como abrigo e fonte de recursos. A cultura, a tradição e a história mediam como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra. Haesbaert (2010) também comenta que a exclusão social pode fazer com que determinados grupos se aglutinem, a fim de manter a identidade territorial, último refúgio. E, para Castells (1999, p. 79):

[...] as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. Apresento a hipótese de que, para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social [...] pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido.

Pretendeu-se, na pesquisa, entender se a identidade territorial caiçara tem esse caráter de refúgio. Territorializar-se, para Haesbaert (2010, p. 97), significa criar “[...] mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa produção enquanto grupos sociais”. E surge a questão de quais relações de poder atuam no local.

O resultado mostrou algo que vai aparecer durante toda a pesquisa: mesmo tendo esse caráter de refúgio, a identidade territorial caiçara, sem apoio de políticas públicas, não funcionou ao ponto de atuar como aglutinadora de interesses em comum de uma maneira constante. Em primeiro lugar, a análise das respostas indicou que a maioria considera que “ninguém cuida do bairro”. A associação amigos do bairro é rejeitada por parte dos caiçaras, já que é composta, segundo eles, por não caiçaras que pouco ou nada fazem. Por outro lado, há quem atribua a falta de ação da associação à falta de engajamento dos caiçaras, como nesta primeira citação:

Eu acho que cada um por si, não tem, não sei te dizer de que maneira cuida, cada um cuida do seu pedaço e não tem uma maneira de... Tem associação, até que cuida, eu acho que falta mais, falta mais é a gente mesmo se engajar, até que eles se portam bem, a gente que deixa a desejar, é do [...]. Tem um vizinho que participa, ele mora no lado aqui. Que eu lembro antigamente não tinha associação. (Mansa, mulher caiçara, 74 anos).

Bem, existe a prefeitura, que faz aquela manutenção de rua, mas cada dono de quiosque faz a sua manutenção da praia também. Olha, de caiçara não existe associação, existe uma associação que se diz caiçara, mas não tem um elemento caiçara, só tem turista, não faz nada pelo bairro, só faz críticas, mas não vejo trabalho comunitário nenhum aqui no

bairro, para a comunidade, mas se alguém põe o som alto ligam para a prefeitura, denunciam e vem a fiscalização. É só nesses termos que existe associação de bairro, porque é só de turista. Antigamente não existia, porque em cada bairro existia um inspetor de quarteirão, que era responsável (entre aspas) pela segurança, então se tinha algum atrito familiar ou desavença ele que tomava as primeiras providências e se não fosse resolvido aqui levava para a vila, para um posto policial (Figueira, mulher caiçara, 67 anos).

Eu não acredito que tenha uma pessoa específica cuidando do bairro, não. Eu soube que existe uma associação, mas não sou convidado, não faço parte. Antigamente que eu saiba não tinha associação. Mas eu não acredito que ninguém cuide, mesmo que exista associação, eu acho que é cada um por si e Deus por todos, pelo menos [...]. Aqui tem que cuidar do rio aqui, brigar para que ninguém jogue esgoto no rio (Pacuíba, mulher caiçara, 65 anos).

Provavelmente relacionada a uma fragilização das relações interpessoais e, logo, a um enfraquecimento das relações de pertença ao grupo, observa-se uma dispersão da comunidade caiçara do Curral. Esta clivagem pode ser analisada como o processo de uma forçosa ampliação material e simbólica, que tem sua origem na diversificação dinâmica da economia local, pois: “Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 1987, p. 43).

Isto significa dizer que a implantação do turismo em Ilhabela levou, gradativamente, a uma valorização mercadológica da paisagem, em contraposição à territorialidade caiçara. As áreas de coexistência destas diferentes apropriações simbólicas do território trazem, para todos, caiçaras ou não, a sedução e a tendência à imobilidade próprias do consumo.

Para realizar-se o consumo, em uma sociedade monetarista, o dinheiro é um pré-requisito *sine qua non*. Busca-se, portanto, o dinheiro, e não é na pesca, nem na agricultura, que se ultrapassará a mera subsistência, acumulando moeda. A migração para o trabalho assalariado leva, na superposição das territorialidades caiçara e turística, a uma multiplicidade de objetivos, pela diversificação da apropriação simbólica do espaço. A ressignificação do espaço leva a uma ruptura, que é geracional, e que conduz a um processo de desagregação, de individualização/individualismo, em detrimento da comunidade de história e de anseios próprios da cultura caiçara.

O Brasil foi e é *locus* de lutas e movimentos sociais. Ao considerar o espaço geográfico como a interação da configuração territorial e das relações sociais (com base nas ideias de Milton Santos) o geógrafo deve estar atento a esses movimentos. Quilombolas, caiçaras e outros brasileiros continuam lutando para permanecerem no território ou voltar a ele, às vezes com projetos autônomos. Tais lutas devem ser apoiadas pelas políticas públicas.

Pensando no território, a regulação do Estado necessita considerar duas características básicas: seu caráter político (jogo entre macropoderes e micropoderes, já que o território pode ser concebido com base nas múltiplas implicações de poder), e seu caráter integrador (o próprio Estado no seu papel gestor e os grupos sociais em sua vivência concreta com o ambiente). O Estado, nas suas múltiplas escalas, pode atuar no fortalecimento dos micropoderes, se esta for sua opção ideológica. Políticas

públicas que propiciem a integração, começando com projetos educacionais (formais e não formais) são importantes.

Também podem ajudar ações mais rápidas, como a criação de espaços públicos coletivos (já que a praia deixou de sê-lo, como visto anteriormente). Segundo um dos entrevistados da segunda fase (Perequê), caiçara e também morador do bairro:

Na cooperativa de pesca tem muita briga, ninguém pensa no pescador antigo, com mais de sessenta anos, é uma falta de entendimento, que esbarra nesse lado, esbarra! A escola hoje já não pende mais para esse lado, vão esquecendo esse lado importante, vão esquecendo, esquecendo e vem trazendo a modernidade, o desenvolvimento, a atualidade e vai ficando esse lado bom para trás. Hoje se podia unir por melhorias, farmácia comunitária, orelhão; nós é que somos esquecidos pelo poder público, porque o Curral, aqui, é um bairro grande, era para ter aquela área de lazer, com banquinhos para jogar dados, xadrez, dominó... Não tem e isso faz com que a gente se encolha dentro de casa... Fica ali, não tem uma atividade. Acaba não se unindo, não trocando ideias.

Em uma análise antropológica do pescador artesanal do mar, Maldonado (1986) ressalta distinções que implicam em uma arraigada consciência de liberdade e independência. O mar é indivisível juridicamente e o tempo de trabalho nele não pode ser controlado por horários fixos, já que o trabalho depende dos ciclos naturais, modificado pelas chuvas, ventos e comportamento das espécies naturais marítimas:

[...] através do conhecimento que tem da natureza que explora para sobreviver e do seu trabalho no mar, o homem se apropria, de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos e do mundo em que vive. Essa apropriação se realiza no processo de trabalho e o ultrapassa, pois inspira também modos de ser e de estabelecer relações sociais, de constituir família, de organizar o trabalho. (MALDONADO, 1986, p.13)

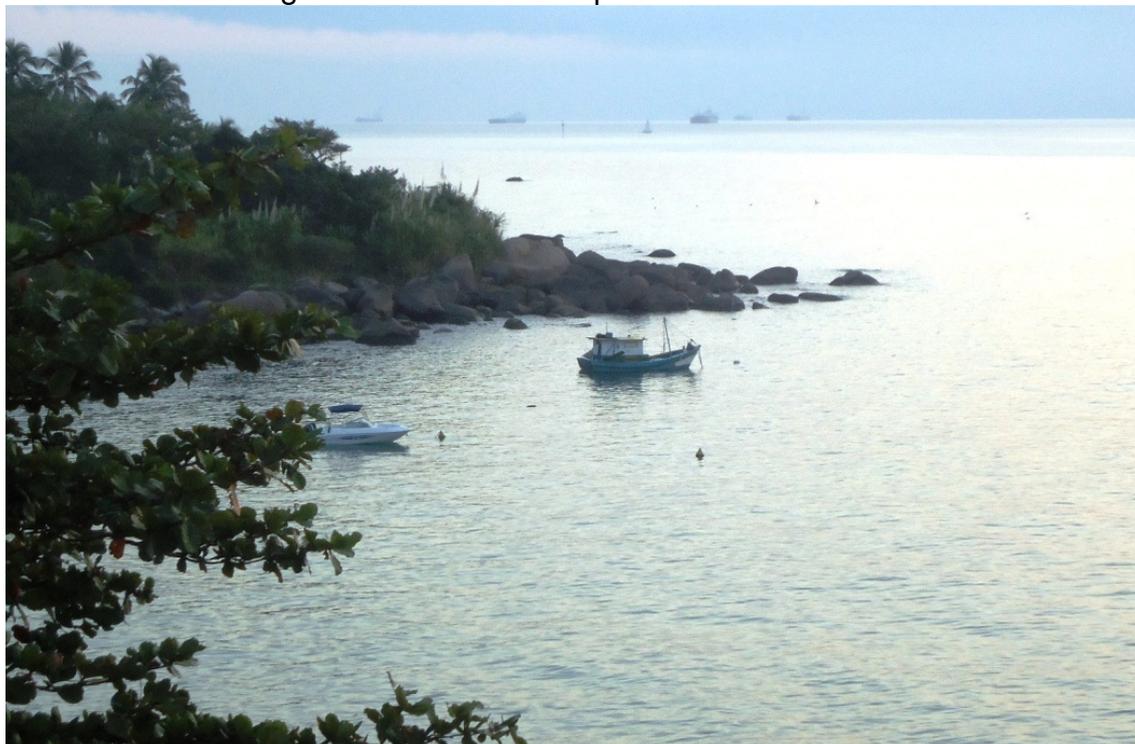
Para esta autora, uma explicação plausível para a dificuldade de trabalho coletivo dos pescadores artesanais também pode estar nas características que eram necessárias para a profissão (figura 6), e que terminaram criando uma valorização da autonomia, mas individual, ou em grupos pequenos de pessoas, as necessárias para a pesca em pequena escala.

A maior concentração de venda das terras ocorreu entre 2001 e 2005 e está relacionada à construção do hotel e ao asfaltamento da rede viária. Entre aqueles que compraram, destaca-se, como esperado, a empresa proprietária do *resort* (que realizou 36 das 87 compras/permutas, a primeira em 1999, totalizando 241.000 metros quadrados de terras no bairro).

Parece haver uma espécie de mito em torno da compra das terras por essa empresa: acredita-se que o dono do *resort* pagou um valor mais alto que o de mercado e que o hotel gerou muito mais empregos do que o real (talvez porque, no início de sua construção, realmente foram muitos os caiçaras empregados em distintas funções). Além disso, os depoimentos demonstram que os caiçaras veem o proprietário quase como um coronel da terra coutada (terra proibida) e, apesar das ambiguidades do discurso, pode-se destacar que ele é atentamente observado pela comunidade e definido com as seguintes características: está se apossando de tudo,

beneficamente usa a mão de obra local, é explosivo e, portanto, perigoso no sentido de facilmente tirar o emprego de quem lá trabalha e, ainda, quer eliminar qualquer possibilidade de atividades econômicas que não sejam as suas ao redor do hotel.

Figura 6 - Um barco de pesca artesanal



Autoria: Zé Huertas, 2011.

Nas vendas das terras, a força do capitalismo contemporâneo, aparecendo no cotidiano como a sedução de entrar no mercado de consumo, parece estar ganhando a batalha em relação à resistência para manter a posse. Como comentou uma entrevistada: “terra não se come”. É um processo conflituoso para os sujeitos (demonstrado pelas críticas que recebem aqueles que vendem e pela omissão das vendas durante algumas entrevistas). Em relação às formas fixas, o que restou na posse dos caiçaras foram alguns restaurantes e quiosques, frutos, principalmente, dos antigos *campings*. Muito pouco.

Considerações finais

O conceito de território era – e é – chave para a compreensão da realidade das famílias caiçaras do bairro do Curral, assim como de qualquer população tradicional, já que existe estreita relação entre a sua manutenção e a manutenção da cultura. É o uso, o que define o território: para atores hegemônicos, significa recurso; para os atores hegemonzados, pode significar também abrigo.

No caso em foco, o turismo foi o vetor de um processo mais amplo, processo que ocorre no território brasileiro ou mesmo na escala mundo, um processo histórico estrutural modernizador. Em outros lugares, outras práticas e atividades representam o mesmo processo que não é inexorável, pois de uma maneira dialética pode também gerar formas de resistências na escala local.

Entender o que ocorreu no bairro do Curral pode trazer pistas importantes para propostas de ação em locais nos quais o processo de turistificação está ainda no seu início. Enfim, quantos “Currais” existem no litoral brasileiro, exatamente neste momento?

Reverendo de uma maneira sintética o constatado na pesquisa observou-se que, em Ilhabela, os caiçaras do Curral, ao contrário do desejado no trabalho realizado há duas décadas, perderam muitas possibilidades (*mise en place*) de melhoria de qualidade de vida a médio e longo prazos no processo de planejamento. Parte, hoje, vive em casas próprias reformadas desde a pesquisa anterior. Realizaram a compra de diversos bens valorizados pela sociedade de consumo. Estas reformas e compras foram, em parte, possibilitadas pela venda das posses de terras, ocorridas neste período. Por isso, o tamanho dos terrenos diminuiu (passando a ser apenas o da área da residência) o que indica a perda de possibilidades de manter atividades tradicionais ou de atuar no turismo com base local; especialmente a partir da instalação do *resort*, com as novas relações de poder criadas, que estão enfraquecendo as possibilidades do território como abrigo.

O dinamismo ao “local” pode ser avaliado pelo aumento das possibilidades de participação, da capacidade intelectual para a interação social, do número de vagas para as ocupações e pela diminuição dos impactos negativos (sociais e ambientais). Mas o que se constatou, no Curral, infelizmente, foi a falta de participação popular (a associação de bairro é composta em sua maioria por não-caiçaras); há sentimento de discriminação; e a escolaridade, embora tenha aumentado, afastou as novas gerações das tradições.

Assim, mais uma vez, o capitalismo volátil contemporâneo destrói as referências territoriais e constrói multiterritorialidades fragmentadas que significam, em realidade, a falta de liberdade, a diminuição da força dos fracos e que podem trazer a exclusão territorial. Na desterritorialização, os grupos ficam impossibilitados de construir e exercer controle efetivo sobre seus territórios (tanto nas formas de dominação político-econômica quanto de apropriação simbólica-cultural). Toda pobreza e exclusão social é, em algum nível, exclusão socioespacial e desterritorialização.

Por fim, fica claro que a regulação do Estado sobre o território deve considerar o caráter político deste último (a disputa entre macro e micro poderes) e seu caráter integrador, e pode atuar no fortalecimento dos micro poderes. Embora o resultado deste trabalho não tenha mostrado o que se esperava no específico recorte do território caiçara do Curral, ajuda a entender mecanismos do processo e a importância de políticas públicas que apoiem projetos coletivos, pois uma comunidade unida pode não permitir a chegada de alguém com dinheiro que, através do capital, se senhorear do lugar, tal como ocorreu no caso analisado.

O pensamento, construído através da análise da realidade concreta, que não pode ser dogmático, mas que pode (ou deve) pensar em um futuro de esperanças (“*deixemos o pessimismo para tempos melhores*”⁴), se questiona: é possível existir uma identidade de resistência que não esteja, pelo menos, imbuída de elementos de uma identidade de projeto? Porque é isto que se observou neste estudo. A desorganização da comunidade gerou reações de resistência, mas individuais e saudosistas, relembrando o quanto o passado era bom (e o quanto era ruim) sem, contudo, ganhar o peso de um esforço coletivo de resistência, um esforço na

⁴ Frase de domínio popular, encontrada em um muro de Bogotá e citada por vários jornalistas e escritores, como, por exemplo, Eduardo Galeano.

territorialidade que só pode se materializar coletivamente. Projetos, de turismo ou de outras atividades que possam materializar o esforço coletivo, sejam via políticas públicas, via universidades ou via ONGs, podem significar um apoio importante.

Nas esperanças para o porvir que podem ser criadas com a leitura de Milton Santos (2000, 1994, 1988, 1987), o espaço é também movimento, cuja forma motriz advém da sociedade: das pessoas organizadas em conjunto, das mais diversas maneiras, imprimindo um projeto a um sistema de ações e objetos herdados do passado, talvez no tempo urgente de um evento aglutinador têm, pelo menos como possibilidade, a capacidade de ressignificar o seu mundo e a cidadania.

Referências

AUTOR, 1993.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOOGLE EARTH. **Ihabela**, SP. Acesso em 02 out. 2011.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização** – do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 27 ago. 2011.

MALDONADO, Simone C. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, A. A. B. Turismo e fortalecimento das micro-economias locais – oportunidade de inserção social. In: BURNE, S. M. A.; DACHARY, A. C. (orgs.). **Turismo y Desarrollo: crecimiento y pobreza**. Puerto Vallarta: Universidad de Guadalajara; Universidad de Buenos Aires; Universidad Nacional de Mar del Plata, 2009. pp. 37 – 46.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2ª ed. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, Marco Zero/AGB, São Paulo, n. 5, pp. 09 – 20, 1988.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, A. M. D. da. Trabalho de campo: prática andante de fazer Geografia. **GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 61-74, 1º semestre de 2002.

VILALVA, A. Gasto médio do consumidor sobe 158% em nove anos. **Folha de Londrina**, Londrina, 10/09/211. Folha Economia, p. 1.⁵

⁵ **Agradecimentos**: à Fundação Araucária, pelo financiamento que permitiu a realização deste trabalho.